



## Ensino religioso: votação em breve

As escolas da rede municipal do Rio de Janeiro podem ganhar, em breve, mais uma disciplina: o ensino religioso. Na última terça-feira, dia 14, foi realizada uma audiência pública na Câmara dos Vereadores, para discutir o Projeto de Lei nº 862/2011, do Executivo, que determina a contratação de professores para a nova matéria. A proposta é admitir até 600 docentes, podendo ser 200 por ano, para lecionar nas cerca de 200 escolas municipais.

As aulas seriam sobre as religiões católica, evangélica, judaica e espírita kardecista, além das com raízes africanas e orientais. A presença dos alunos seria opcional, e abordagem, focada nos aspectos filosóficos e históricos das diversas manifestações religiosas existentes no Brasil.

A previsão é que a votação ocorra este mês, adiantou o presidente da Comissão de Educação e Cultura, vereador Paulo Messina (PV). Depois de aprovado, o projeto seguirá para o prefeito, Eduardo Paes, que deverá sancioná-lo. A elaboração do edital do concurso ficará por conta do Conselho Municipal de Educação (CME). Sendo aprovado, a expectativa é que o concurso tenha início este ano.

Messina, autor de emendas ao projeto para tornar o ensino religioso facultativo e para que as aulas sejam dadas fora do horário destinado às aulas da grade curricular básica, defendeu a criação de um conselho consultivo, formado por membros da sociedade e representantes de todas as crenças existentes no município, para fiscalizar a imple-

mentação do ensino religioso.

"Eu sou católico. Quando estou sentado nesta cadeira, no entanto, não tenho religião. A minha principal preocupação como presidente da comissão de Educação e Cultura é zelar pelo ensino de qualidade dos alunos da rede municipal. Foi por isso que propus a emenda que determina que aulas de ensino religioso sejam dadas fora do horário da grade curricular básica, para que não comprometa as aulas de Matemática, Português, Geografia, Ciências e História", justificou Messina.

A audiência contou com a participação de representantes de todas as crenças, vereadores, deputados e membros da Secretaria Municipal de Educação (SME).